



EMP\_01/2025  
Concurso Público  
para a  
Manutenção de 24 Fogos Devolutos

A. PROGRAMA DE CONCURSO

Olhão, fevereiro de 2025

## **EMP\_01/2025 – Concurso Público para a Manutenção de 24 Fogos Devolutos**

### **Artigo 1.º**

A entidade adjudicante é a Fesnima – Empresa Municipal de Olhão, E.M., com sede no Largo Sebastião Martins Mestre, em Olhão, contribuinte n.º 504 667 521, com o telefone n.º 289 090 285, correio eletrónico [geral@fesnima.pt](mailto:geral@fesnima.pt) e plataforma eletrónica [www.saphety.com](http://www.saphety.com).

### **Artigo 2.º**

#### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Fesnima – Empresa Municipal de Olhão, E.M., por deliberação tomada em reunião realizada na data de 5 de fevereiro de 2025.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, desde que daí não resultem erros e omissões nos termos do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, na atual redação, são da responsabilidade da Divisão de Obras e Manutenção.

### **Artigo 4.º**

#### **Documentos que constituem as propostas**

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código dos Contratos Públicos, do qual faz parte integrante;
- b) Documento do concorrente, que contenha os atributos da proposta submetidos à concorrência, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nos termos do modelo constante do Anexo I ao presente Programa, que dele faz parte integrante;
- c) Documento do concorrente, que contenha os atributos da proposta não submetidos à concorrência, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nos termos do modelo constante do Anexo II ao presente Programa, que dele faz parte integrante;
- d) Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução; **(todos os preços unitários, deverão no máximo ter duas casas decimais).**
- e) Plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos e deverá ser elaborado, com respeito ao prazo de execução da obra, considerando a sequência e prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas;
- f) Plano de Pagamentos. O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos.

2. O documento referido na alínea e) deverá:

- a. Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação.

- b. Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- c. Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- d. Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra;
- e. Ser acompanhado de Memória Justificativa e Descritiva do modo de execução da obra. Nesta memória o concorrente especificará os aspetos técnicos do mesmo programa, expressando inequivocamente os que considera essenciais à validade da sua proposta e cuja rejeição implica a sua ineficácia.

#### **Artigo 5.º**

##### **Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada;

#### **Artigo 6.º**

##### **Apresentação de propostas variantes**

**Não é admissível** a apresentação de propostas variantes.

#### **Artigo 7.º**

##### **Prazo para apresentação das propostas**

As propostas podem ser apresentadas até às **23:59:59 horas** do **15º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação em Diário da República, no sítio da internet [www.saphety.com](http://www.saphety.com).

#### **Artigo 8.º**

##### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

É de 120 dias (não prorrogável) o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

#### **Artigo 9.º**

##### **CrITÉrio de adjudicação**

- 1. O critério no qual se baseia a adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, na qual o critério de adjudicação é o mais baixo preço.
- 2. Em caso de igualdade de preço entre duas, ou mais propostas, é adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar, presencialmente com os interessados, ou seus representantes devidamente credenciados, do qual será lavrada ata assinada por todos os presentes.
- 3. O sorteio, a realizar nas instalações da entidade adjudicante, na presença dos interessados terá os seguintes termos:
  - a. Face à ausência da comparência de todos ou alguns representantes legais dos concorrentes, a entidade adjudicante designa de entre os funcionários, da Fesnima, Empresa Pública de Animação de Olhão, E.M., para representarem a ou as empresas;
  - b. Num saco opaco, colocar-se-ão cartões, numerados de 1 até ao número de empresas a desempatar;

- c. Contar-se-ão os representantes das empresas interessadas presentes no ato e até à hora final e designar-se-ão tantos funcionários deste serviço, quantos os necessários para suprir a ausência das empresas interessadas;
- d. Cada representante das empresas presentes procederá à extração de um cartão de dentro do saco, seguindo-se o mesmo procedimento para os funcionários que representem as empresas ausentes;
- e. Quem retirar o cartão com a menção "n.º 1" será o adjudicatário e será, também nos termos do relatório final, proposto como adjudicatário;
- f. As restantes empresas ficarão ordenadas consoante a numeração do cartão retirado;
- g. No final será elaborada uma ata, assinada por todos os intervenientes, consolidando os resultados do sorteio de desempate, ingressando a ordenação daí resultante na ordenação global dos restantes candidatos no relatório preliminar.

### **Artigo 10.º**

#### **Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação:
  - a) Declaração conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do número 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
  - c) Nos termos do n.º 1 do artigo 36º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua versão atualizada, deverá ser apresentado a comprovação do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo pelas entidades constantes no RCBE;
  - d) Alvarás ou os títulos de registo emitidos pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, nos termos do artigo 3º da Portaria 372/2017, de 14 de dezembro;
  - e) Declaração emitida pelo concorrente, sob compromisso de honra, de que cumpre integralmente todas as obrigações decorrentes da lei relativamente a trabalhadores imigrantes contratados, de acordo com o Anexo V;
  - f) Certidão permanente da empresa ou autorização para consulta via internet.
2. Os documentos referidos na alínea c), devem conter as seguintes habilitações de empreiteiro de obras públicas com:
  - a) A **5ª subcategoria** da **1ª categoria**, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta;
  - b) A **6ª** e a **8ª subcategoria** da **1ª categoria**, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida no número 3.
3. O adjudicatário pode recorrer a subcontratados, ficando a eles vinculado, por contrato, para a execução dos trabalhos correspondentes. Neste caso ao alvará ou certificados dos subcontratados devem ser acompanhados de declaração através do qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.
4. O adjudicatário pode recorrer a subcontratados, devendo o contrato para a execução dos trabalhos correspondentes ser redigido a escrito.

5. No caso previsto no número anterior, os alvarás ou títulos de registo dos subcontratados devem ser acompanhados de declaração através do qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.
6. No caso de não serem apresentados os documentos de habilitação no prazo de 10 dias, conforme previsto nos artigos 81º e 90º do Código dos Contratos Públicos, a adjudicação caduca e passará para a proposta ordenada em lugar subsequente.
7. Caso, por factos que não sejam imputáveis ao adjudicatário, não sejam entregues os documentos no prazo estipulado, o mesmo deverá requerer antecipadamente a sua prorrogação, conforme o nº 2 do artigo 86º e o artigo 92º do mesmo diploma.
8. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues dentro do prazo previsto nos números anteriores, o adjudicatário deverá supri-las no prazo de 5 dias. Caso as irregularidades não sejam supridas, a adjudicação caduca e passará para a proposta ordenada em lugar subsequente.

#### **Artigo 11.º**

##### **Caução**

Não é exigida caução.

#### **Artigo 12.º**

##### **Preço ou custo anormalmente baixo**

Nos termos do artigo 71º do CCP fixa-se como sendo um preço ou custo anormalmente baixo é aquele cujo desvio percentual em relação à média dos preços das propostas a admitir é igual ou superior a 25%.

Caso, na fase de análise das propostas, apenas resulte a admissão de uma única proposta, dever-se-á considerar que o preço é anormalmente baixo, aquele que apresenta um desvio de 25% inferior (igual à percentagem fixada para o desvio), ou mais, em relação ao preço base.

A fixação do preço anormalmente baixo visa controlar a admissibilidade de propostas muito abaixo dos preços médios de mercado aferidos em sede de concurso, tendo em conta o desvio percentual referido em relação à média das propostas apresentadas, sendo essa possibilidade conferida ao contraente público, pelo artigo 71º do CCP.

#### **Artigo 13.º**

##### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio.

## **ANEXO I**

F ...(indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), titular do alvará de empreiteiro de obras públicas, ... (indicar o número), contendo as autorizações... (indicar natureza e classe), obriga-se a executar a empreitada ... (designação da obra) pela quantia de ... (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

## **ANEXO II**

F ...(indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), titular do alvará de empreiteiro de obras públicas, ... (indicar o número), contendo as autorizações ... (indicar natureza e classe), obriga-se a executar a empreitada ... (designação da obra) no prazo de .... **dias** (prazo da empreitada), a contar da data da consignação.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

### **ANEXO III**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO**

(artigo 198º-A da Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto)

(1) ....., titular do cartão de cidadão nº. ...., emitido em .../.../....., pelos Serviços de Identificação Civil de ....., contribuinte fiscal nº. ...., natural da freguesia de ....., município de ....., residente em ....., município de ....., na qualidade de (2)..... da sociedade....., com sede em ....., município de ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ....., sob o número ....., pessoa coletiva com o nº. .... de identificação, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se compromete, no âmbito da empreitada ..... - que lhe foi adjudicada pela Fesnima, Empresa Municipal de Olhão, E.M. -, a cumprir as obrigações legais decorrentes da contratação de trabalhadores imigrantes, nos termos do artigo 198º-A da Lei nº. 29/2012, de 9 de agosto, que alterou a Lei nº. 23/2007, de 4 de julho, assumindo única e exclusivamente todas as responsabilidades decorrentes do incumprimento de tais deveres, nomeadamente, o pagamento das respetivas coimas.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

(1) Identificação do/s representante/s legal/ais da sociedade

(2) Indicação dos poderes investidos na sociedade



## DECLARAÇÃO

(conforme Anexo I do Código dos Contratos Públicos)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:
  - a) ...
  - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável determina a caducidade da adjudicação que recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Data e assinatura. <sup>(4)</sup>

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

<sup>(3)</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

<sup>(4)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## DECLARAÇÃO

(conforme Anexo II do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de <sup>(5)</sup> ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(6)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no número 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(7)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(8)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do número 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro do agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura <sup>(9)</sup>]

<sup>(5)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(6)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

<sup>(7)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(8)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

<sup>(9)</sup> Nos termos do disposto no n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º